U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Direito de Participação: A Voz de Crianças, Adolescentes e Figuras Parentais

Filipa da Costa Miranda

M

2022

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

DIREITO DE PARTICIPAÇÃO: A VOZ DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FIGURAS PARENTAIS

Filipa da Costa Miranda

Outubro 2022

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professora Doutora ***Maria Barbosa Ducharne*** (FPCEUP) e coorientada pela Doutora ***Joana Lara Ferreira Soares*** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

A presente dissertação de mestrado em Psicologia insere-se num projeto mais alargado, designado "Projeto Adélia – Diagnóstico Local e Planos Locais de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança". Este tem como principal objetivo o desenvolvimento de Planos Locais de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens e foi desenvolvido pelo Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção (GIIAA), da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), em colaboração com 10 Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do distrito do Porto, no âmbito da cooperação institucional entre a FPCEUP e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CNPDPCJ), estabelecida em Protocolo de Colaboração, assinado a 27 de janeiro de 2021.

O Projeto Adélia foi cofinanciado pelo Programa Operacional Inserção Social e Emprego, pelo Programa Portugal 2020 e pelo Fundo Social Europeu. A aplicação de inquéritos em meio escolar foi aprovada pela Direção Geral de Educação (DGE; autorização nº 0728100001, registada em 26 de fevereiro de 2020).

Em março de 2021, integrei o GIIAA e o Projeto Adélia, na qualidade de mestranda e elemento da equipa de investigação deste projeto. Neste âmbito, estive ativamente envolvida em várias tarefas, nomeadamente reuniões de articulação com as CPCJ e a CNPDPCJ, introdução, tratamento e análise de dados, pesquisa de indicadores estatísticos de caraterização de cada concelho e respetiva elaboração de relatório de apresentação de resultados, com definição de propostas de intervenção/ação no âmbito da promoção e proteção das crianças e adolescentes.

Como forma de facilitar posterior divulgação científica, esta dissertação é apresentada em formato de artigo científico, de acordo com o estipulado no Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Psicologia n.º 441/2022 da Reitoria da Universidade do Porto.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Barbosa Ducharne, por toda a disponibilidade e incentivo, partilha de conhecimento e sugestões. Acima de tudo, por todas as oportunidades de aprendizagem e crescimento, que tanto me deram a conhecer desta área pela qual continuo a apaixonar-me.

À minha coorientadora, Doutora Joana Soares, pela presença constante, por todas as horas de trabalho e pelo conhecimento partilhado. Pelo papel fundamental na concretização deste trabalho, pelas palavras de conforto e pelas soluções encontradas, para aqueles que pareciam ser problemas sem resolução.

À Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens envolvidas no Projeto Adélia, por nos terem aberto a porta e nos terem permitido conhecer a sua realidade. Pelo trabalho que fazem diariamente em prol das crianças e dos adolescentes deste país.

Aos meus Pais, por serem o meu porto seguro. Por me darem asas para voar, sem nunca deixarem de garantir que disponho de um ninho para o qual voltar, cheio de amor e atenção. À Inês e à Sofia, por serem o meu oposto e por me entenderem melhor do que ninguém, por me motivarem nas pequenas coisas e por me distraírem das preocupações sempre que necessário. Sou uma sortuda e, sem vocês, não teria sido possível!

Aos "Algodões", por estarem presentes e me proporcionarem um escape da realidade académica. Mesmo quando não estivemos juntos presencialmente; mesmo quando não se aperceberam de que o fizeram.

Ao Alfredo, à Constança, à Filipa, à Iolanda, à Madalena, à Mariana e à Ritinha, por terem tornado a FPCEUP mais acolhedora, sempre. À Daniela, à Diana, à Kika e à Carol, por terem tornado todos os dias de aulas e trabalhos em dias cheios de alegria.

À Sara, por este ano e meio. Pelas horas infindáveis que passámos juntas (mesmo à distância), pelos momentos de stress e pelos momentos de descontração. Pela companhia e pela partilha de experiências. Por me teres ajudado a seguir em frente, quando achei que não me saía nem mais uma palavra.

Resumo

A Convenção sobre os Direitos da Criança encara as crianças/adolescentes como sujeitos ativos do seu desenvolvimento e cidadãos com direito de participação em todas as matérias que lhes digam respeito, enquanto indivíduos ou grupo social. Todavia, verifica-se, no âmbito da literatura, uma ausência acentuada de trabalhos relativos ao direito de participação que visem explorar a perspetiva dos principais atores envolvidos na sua efetivação – crianças, adolescentes e figuras parentais. Nesse sentido, o presente estudo pretendeu recolher e analisar as perspetivas de cada um deles acerca desta temática, tendo como principais objetivos explorar as dimensões de participação que emergiam das vozes consideradas, bem como analisar em que medida o nível de perceção de participação das crianças/adolescentes, nas suas diferentes dimensões, variava em função, quer de variáveis individuais do participante, quer de variáveis contextuais. Para tal, foram concretizadas três análises fatoriais exploratórias e submetidas as componentes obtidas, para cada participante, a comparações de médias entre grupos e correlações bivariadas de *Pearson*. Os resultados revelaram a inexistência de diferenças na perceção de participação da criança/adolescente, por parte das figuras parentais. Verificou-se que tendencialmente são os participantes do sexo feminino, que residem em concelhos que não integram a Área Metropolitana do Porto ou em concelhos urbanos quem perceciona mais oportunidades de participação, nos diversos contextos. O aumento da idade da criança/adolescente, tanto se constituiu impulsionador, como impeditivo da participação. As várias implicações práticas identificadas permitirão a criação de espaços mais respeitadores e promotores do direito de participação da criança/adolescente.

Palavras-chave: direitos da criança, direito de participação, perspetiva das criança, perspetiva do adolescente, perspetiva de figuras parentais

Abstract

The Convention on the Rights of the Child views children/adolescents as active subjects of their development and citizens with the right to participate in all matters that concern them, either as individuals or as a social group. However, research on the right to participation is scarce and there is a gap on studies aiming to explore the perspectives of the main actors – children, adolescents, and parental figures. The present study aims to identify and analyse the perspectives of children, adolescents, and parental figures on this subject. The main objectives were (1) to explore the dimensions of participation (2) to analyse to what extent the level of participation of children/adolescents varied according to both individual and contextual variables. The results showed no differences in children's or adolescents' participation from the parental figures' perspective. It was found that female participants, living in municipalities outside the Porto Metropolitan Area or in urban municipalities, tended to be the ones who perceived more participation opportunities in the different contexts. The increase in the age of the child/adolescent was found to be both a motivator and a barrier to participation. This study's implications for practice will allow for the creation of spaces that respect and promote the child's/adolescent's right to participation.

Keywords: children's rights, participation rights, children's perspective, adolescents' perspective, parental figures' perspective

Direito de Participação: A Voz de Crianças, Adolescentes e Figuras Parentais

Os direitos devem ser universais, indivisíveis e interdependentes (Organização das Nações Unidas [ONU], 1948). De acordo com Freeman (2011), a sua relevância reside em reconhecerem a necessidade de respeitar quem deles usufrui e permitirem que essas pessoas disponham de agência, isto é, participação e poder de mudança sobre a sua situação. Assim, respeitar os direitos é respeitar a dignidade do ser humano (Freeman, 2011; Huminuik et al., 2022; Laborinho Lúcio, 2007).

Embora envoltos em alguma controvérsia, ao longo dos anos, tanto o reconhecimento global da criança como "sujeito de direitos autónomos" (Laborinho Lúcio, 2007, p. 3), como a noção de que, quando respeitados, os direitos originam qualidade de vida, oportunidades de desenvolvimento sadio e contribuem para que as crianças alcancem o seu potencial, têm vindo a consolidar-se (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças [UNICEF], 2019b; Kodelja, 2020; Smith, 2016). No período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, com o desenvolvimento do primeiro instrumento jurídico internacional sobre os direitos das crianças – Declaração de Genebra, publicada em 1924 –, concretizaram-se passos fundamentais na promoção dos seus direitos e proteção (Albuquerque, 2000; Bolieiro & Guerra, 2014; UNICEF, 1989, 2019a; Veerman, 1992). Em 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas promulgou a Declaração dos Direitos da Criança (Albuquerque, 2000; Bolieiro & Guerra, 2014; Veerman, 1992), através da qual o conteúdo da anterior declaração foi expandido e se passaram a considerar, não só questões referentes ao bem-estar, como também à autonomia e cidadania da criança (Smith, 2016). Finalmente, em 1978, foi proposta à Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos a criação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC; UNICEF, 1989, 2019a), tendo a sua conceção iniciado no ano seguinte e terminado dez anos depois, em 1989 (Bolieiro & Guerra, 2014; Smith, 2016).

Atualmente ratificada por 196 países e aplicável a todos os indivíduos com menos de 18 anos, salvo se a legislação nacional atribuir a maioridade mais cedo, a CDC corresponde à primeira ferramenta para crianças, desenhada, na totalidade, sob a supervisão da Comissão para os Direitos Humanos (Cantwell, 2011; Smith, 2016; UNICEF, 1989, 2019a). Além dos temas tipicamente abordados pelos direitos humanos, engloba também aqueles específicos ao bem-estar deste grupo (Cantwell, 2011), encontrando-se os 54 artigos que a constituem distribuídos por três categorias principais: provisão, proteção e participação (Bolieiro & Guerra, 2014; Smith, 2016; Vranješević, 2020).

Durante muito tempo, os direitos das crianças foram negligenciados com base num vasto leque de argumentos, sendo a noção de que estas são adultos em formação a quem faltam competências um dos mais frequentemente utilizados (Freeman, 2011; Graham et al., 2015; O'Neill, 1988). Assim, apesar de as Declarações de Genebra e dos Direitos da Criança terem sido marcos significativos, as crianças eram entendidas apenas como futuros adultos, focando-se primordialmente na provisão e proteção (Vranješević, 2020). Por seu turno, adotada quando a sociedade passou a concetualizar as crianças também como atores sociais e indivíduos com agência (Freeman, 2010, 2011; Gal, 2015), a CDC encara as crianças como sujeitos ativos do seu desenvolvimento e como cidadãs com direito de decisão, escolha e participação em todas as matérias que as envolvam, nos diversos contextos, quer enquanto indivíduos, quer na qualidade de grupo social (Barbosa, 2020; McMellon & Tisdall, 2020; Tisdall & Cuevas-Parra, 2022; Vranješević, 2020). Deste modo, e tal como recomendado por Lundy (2007, p. 931), a prática de promover a sua participação ativa "não deve ser uma opção que é uma oferta dos adultos, mas um imperativo legal que é um direito da criança".

Do conjunto de artigos que aludem ao direito à participação fazem parte o Artigo 12.º (opinião da criança), o Artigo 13.º (liberdade de expressão), o Artigo 14.º (liberdade de pensamento, consciência e religião), o Artigo 15.º (liberdade de associação) e o Artigo 17.º (acesso a informação apropriada), tendo o primeiro dos cinco sido identificado como um dos princípios gerais da CDC (Barbosa, 2020; Cantwell, 2011; Guerra, 2020; McMellon & Tisdall, 2020; Tisdall & Cuevas-Parra, 2022). Na medida em que acarreta um entendimento diferenciado acerca da criança (Vranješević, 2020), a participação complementa as outras duas categorias de direitos (Banko-Bal & Guler-Yildiz, 2021), devendo, por isso, o Artigo 12.º ser analisado em estreita articulação com os artigos 2.º (não discriminação), 3.º (interesse superior da criança) e 6.º (sobrevivência e desenvolvimento; Barbosa, 2020).

De forma geral, a participação dá à criança a oportunidade de ser interveniente ativo, cuja opinião é valorizada e respeitada, de colocar questões e interpretar respostas e de contribuir para a melhoria do seu estatuto (Freeman, 2011; Vranješević, 2020). No que concerne à relação adulto-criança, é possível afirmar que a promoção da participação permite redefinir a dinâmica de poder e garante a transição de um modelo hierárquico, no qual as perspetivas do adulto são impostas à criança, para um modelo colaborativo, em que o poder é partilhado e existe um processo de negociação e diálogo associado à tomada de decisão (Vranješević, 2020). Adicionalmente, se se considerar que todas as crianças dispõem de competências que, em função da sua idade e maturidade, lhes permitem ser elementos ativos e que essas competências são determinadas/surgem de uma estrutura cultural e social

definida, é possível argumentar que o seu desenvolvimento só pode ser promovido se lhes for permitido desempenhar um papel ativo nos contextos socioculturais em que se inserem (Akyol, 2021; Vranješević, 2020). Posto isto, verifica-se que, não só a participação depende da existência de competências complexas, como contribui para o desenvolvimento de novas aptidões, de que são exemplo o pensamento crítico e resolução de problemas, a resolução de conflitos e autorregulação, as competências de comunicação, a escuta ativa ou o trabalho de equipa e cooperação (Banko-Bal & Guler-Yildiz, 2021; Vranješević, 2020).

Barbosa (2020) defende que cabe aos adultos certificar que, independentemente das suas características individuais, todas as crianças são incluídas em todos os procedimentos de auscultação e tomada de decisão, dos mais simples aos mais complexos. Não obstante, a literatura tem vindo a revelar que as crianças e os adolescentes não identificam esta prática como sendo devidamente cumprida e identificam, entre outros, a etnia, a orientação sexual, o nível socioeconómico, o género, a origem geográfica ou a presença de deficiência como fatores que condicionam o seu envolvimento social (Cuevas-Parra, 2022; Lundy et al., 2021; Rodrigues, 2018; Shields & Synnot, 2016). Adicionalmente, concordam que a conjugação destes fatores agrava a ausência de oportunidades de participação.

A escola e a família são os contextos onde crianças e adolescentes despendem a maior parte do tempo e onde vivem experiências determinantes do seu desenvolvimento e bem-estar. Por conseguinte, é essencial que, nestes contextos, os mesmos se envolvam ativamente no exercício do seu direito de participação (Akyol & Erdem, 2021; Harcourt & Hägglund, 2013). Ainda que os estudos que analisam a perspetiva de crianças e adolescentes acerca do seu direito à participação sejam reduzidos em número, no que respeita ao meio educativo, tanto estudos nacionais (e.g., Ferreira, 2019; Tavares, 2019), como internacionais (e.g., Mascadri et al., 2021), revelaram que as crianças de idade escolar e pré-escolar consideram que o seu direito à participação está garantido em contexto de sala de aula. Não obstante, Mascadri e colaboradores (2021) concluíram que, de acordo com os seus relatos, as conversas monológicas são as que com maior frequência ocorrem na interação professor-aluno, sendo as dialógicas, por oposição, as menos regulares. Na medida em que as conversas dialógicas se focam na partilha de ideias e têm por base as opiniões e interesses da criança (Mascadri et al., 2021), correspondem ao tipo de interação que melhor viabiliza a participação. Nesse sentido, a elevada frequência de conversas monológicas constitui-se como um entrave à participação em contexto escolar. Ainda, no que respeita à promoção do envolvimento de crianças e adolescentes ao nível da tomada de decisão sobre dimensões

mais estruturantes do contexto escolar (e.g., medidas educativas), a literatura tem vindo a apurar que são poucas as oportunidades que lhes são atribuídas (Macedo et al., 2020).

A fim de que as crianças aprendam sobre os direitos, em geral, e os da criança, em particular, é imperativo que os meios que frequentam sejam apoiantes e respeitadores, quer dos seus direitos, quer dos direitos dos outros (Howe & Covell, 2005). Embora escassos, os estudos realizados em contexto familiar têm mostrado que, das três principais categorias de direitos (provisão, proteção e participação), os de participação são os menos respeitados (Hart et al., 2001; Pećnik et al., 2016). Mais especificamente, apesar de os dados recolhidos terem indicado que, tanto na perspetiva das crianças, como na dos pais/cuidadores, os seus direitos são sempre ou quase sempre respeitados em meio familiar, quando analisados individualmente, constatou-se que os direitos que remetem para a participação na tomada de decisão, a privacidade e a liberdade de expressão apresentaram resultados significativamente inferiores a direitos como ser amado e ser protegido de abusos físicos e psicológicos (Pećnik et al., 2016). De igual forma, o estudo comparativo dedicado ao direito de participação que Kosher (2018) conduziu em Jerusalém revelou que, aquando da comparação dos diferentes contextos avaliados, a família se encontrava entre aqueles em que os participantes atribuíam menos valor à participação das crianças, não tendo a este nível sido identificadas diferenças significativas entre as respostas de pais e filhos. Assim, é possível concluir que, não obstante o facto de as famílias aparentarem constituir um meio no qual adultos e crianças consideram que os direitos destas últimas são predominantemente respeitados, o direito de participação é claramente negligenciado.

Por fim, importa destacar que também a participação da criança no âmbito da saúde é um tema pouco estudado, refletindo a sua invisibilidade nestes contextos. Dado o número crescente de crianças e adolescentes com doença crónica, é cada vez mais essencial pensar a sua participação em saúde (Motta et al., 2020; Olszewski & Goldkind, 2018). Num estudo realizado com crianças com problemas oftálmicos, Elsman et al. (2022) verificaram que as crianças apresentam, por comparação com os seus pais, uma perspetiva significativamente mais positiva acerca da sua participação. Não obstante, a revisão da literatura permite concluir que a transmissão de informação sobre a sua situação de saúde e o seu envolvimento na tomada de decisão decorrem maioritariamente de forma secundária, sendo priorizada a opinião de terceiros (Motta et al., 2020). Quando as crianças e adolescentes com doença crónica percecionam a sua opinião como sendo desconsiderada, alienam-se do processo terapêutico, podendo, inclusive, omitir informação a profissionais de saúde e familiares relativamente ao seu estado de saúde (Lundberg et al., 2021). Tendo em conta que o que os

adultos consideram ser melhor para a criança não está necessariamente em concordância com os seus próprios interessentes, agir no respeito pelo superior interesse da criança traduz-se em permitir que a sua perspetiva seja ponderada, a par da da família e da dos profissionais, aquando das tomadas de decisão (Lundberg et al., 2021; Todres & Diaz, 2017).

Presente Estudo

À luz da escassez de literatura no âmbito da participação das crianças/adolescentes que vise analisar as suas perspetivas e as de cuidadores principais/figuras parentais, quer de forma independente, quer numa lógica comparativa, torna-se relevante não só dar voz a ambos estes atores como explorar as suas perspetivas de forma integrada, ouvindo-as e analisando-as, de forma conjunta, num mesmo estudo. Uma vez que se integra no Projeto Adélia, concebido pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CNPDPCJ) e cujos objetivos passam pela promoção da participação das crianças e dos adolescentes, bem como de estratégias de apoio a uma parentalidade positiva baseadas em evidências, o presente estudo contribui para este propósito.

Assim, alinhando-se com um dos principais objetivo do Projeto Adélia, este estudo pretendeu analisar as perspetivas de crianças, adolescentes e figuras parentais acerca do respeito pelo direito de participação das crianças e dos adolescentes, nos diversos contextos em que desenvolvem a sua atividade quotidiana. Para tal, foram definidos como objetivos específicos: (a) explorar diferentes dimensões da participação de crianças/adolescentes, na perspetiva dos próprios e na perspetiva de cuidadores principais/figuras parentais; (b) analisar o nível de perceção de participação das crianças/adolescentes, nas suas diferentes dimensões, em função de características individuais do participante – sexo e idade; e (c) analisar o nível de perceção de participação das crianças/adolescentes, nas suas diferentes dimensões, em função de características contextuais do participante – pertença a um concelho da Área Metropolitana do Porto (AMP) e pertença a um concelho urbano vs. rural.

Método

Participantes

O presente estudo abrangeu um total de 26101 participantes. Destes, 6564 eram crianças (25.1%), 7170 eram adolescentes (27.5%) e 12367 eram figuras parentais de crianças e/ou adolescentes (47.4%).

As crianças participantes tinham idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos (M = 9.27, DP = 1.68; 54 não indicaram a sua idade [0.8%]). Verificou-se uma distribuição relativamente equilibrada, no que respeita ao sexo, com 3295 raparigas (50.2%) e 3217 rapazes (49.0%; 52 crianças não indicaram o seu sexo [0.8%]) participantes. Frequentavam

entre o 1º e o 7º anos de escolaridade, encontrando-se a maioria no 5º ano (*n* = 1274, 19.4%; 1497 não indicaram a sua escolaridade [22.8%]).

Dos adolescentes, com idade entre os 11 e os 18 anos[1] (*M* = 14.50, *DP* = 1.65; 94 não indicaram a sua idade [1.3%]), 3804 eram do sexo feminino (53.1%), 3292 do masculino (45.9%) e 74 não indicaram o seu sexo (1.0%). Em termos de escolaridade, frequentavam entre o 5º e do 12º anos, sendo o 8º ano o mais frequente (*n* = 1681, 23.4%; 404 não indicaram o seu ano de escolaridade [4.2%]).

A maioria das figuras parentais participantes – ou seja, dos adultos responsáveis pelo exercício da parentalidade (Cruz, 2005) – não indicaram a sua idade (*n* = 6467, 52.3%) ou sexo (*n* = 6433, 52.0%). As que responderam, tinham, em média, 41.14 anos (*DP* = 6.28, Min. = 18.00, Máx. = 76.00; *n* = 6510), distribuindo-se de forma muito desproporcional relativamente ao sexo, com 5198 participantes femininas (42.0%) e 736 masculinos (6.0%). Ao nível das habilitações, 1951 participantes (15.8%) completaram o ensino secundário, sendo este o nível académico mais frequente (6406 não indicaram as suas habilitações académicas [51.8%]). A Tabela 1 apresenta a distribuição das figuras parentais no que respeita à sua relação com a criança e/ou adolescente, ao número de adultos e de crianças que residem em sua casa e às faixas etárias das suas crianças e/ou adolescentes. Note-se que, no contexto de uma recolha de dados anonimizada e independente, não há forma de garantir que exista relação entre as crianças/adolescentes que participaram, por um lado, e as figuras parentais/cuidadores principais, por outro.

Aquando da recolha de dados, todos os participantes residiam num de 10 concelhos do distrito do Porto. Ao nível da integração na AMP, 5099 crianças (77.7%), 4592 adolescentes (64.0%) e 8941 (72.3%) figuras parentais viviam em concelhos que a integram, enquanto 1465 crianças (22.3%), 2578 adolescentes (36.0%) e 3426 figuras parentais (27.7%) residiam em concelhos externos à mesma. Por outro lado, segundo a classificação proposta pelo Programa de Desenvolvimento Rural (2020), 3628 crianças (55.3%), 3370 adolescentes (47.0%) e 5500 figuras parentais (44.5%) habitavam em concelhos rurais, sendo a residência em concelhos urbanos mais comum entre os adolescentes (*n* = 3800, 53.0%) e as figuras parentais (*n* = 6867, 55.5%) e menos frequente entre as crianças (*n* = 2936, 44.7%).

[1] A aplicação do Instrumento 6A – Questionário para Jovens está prevista, no Protocolo de Recolha de Dados do Projeto Adélia, para adolescentes entre os 13 e os 18 anos. Contudo, na medida em que algumas CPCJ efetuaram a aplicação dos questionários em função do ciclo de ensino, aplicando-o a todos os alunos a partir do 5º ano de escolaridade, houve crianças com 11 e 12 anos de idade que deram resposta a este questionário, ao invés do Instrumento 6B – Ferramenta de Diagnóstico para Crianças.

Instrumentos

No presente estudo, foram utilizados o Instrumento 6A – Questionário para Jovens (Cardoso et al., 2019a), Instrumento 6B – Ferramenta de Diagnóstico para Crianças (Cardoso et al., 2019b) e Instrumento 7 – Ferramenta de Diagnóstico para Famílias (Cardoso et al., 2019c), pertencentes ao Protocolo de Recolha de Dados do Projeto Adélia. A fim de ajustar os instrumentos à realidade experienciada nos diferentes concelhos, cada CPCJ dispôs da possibilidade de alterar os instrumentos propostos da forma que considerasse mais pertinente, podendo, para tal, remover ou adicionar questões.

Instrumento 6A – Questionário para Jovens; Instrumento 6B – Ferramenta de Diagnóstico para Crianças

Questionários dirigidos, respetivamente, a adolescentes e a crianças com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos e entre os 6 e os 12 anos. Têm como objetivo recolher informação acerca da perceção de adolescentes e crianças sobre o cumprimento dos Direitos da Criança, em seis domínios: Brincadeira e Lazer, Participação e Cidadania, Segurança e Proteção, Saúde, Educação e Vida Pessoal. Estão organizados em duas partes, sendo a primeira respeitante à recolha de informação sociodemográfica sobre o participante. A segunda parte é composta por questões respondidas numa escala tipo *Likert* de três pontos (1 = *Completamente verdade*, 2 = *Nem sempre*, 3 = *Não é verdade ou não acontece*; 73 no caso dos adolescentes e 51 no das crianças) e organizadas em função dos domínios supramencionados. Adicionalmente, existe uma quarta opção de resposta (98 = *Não sei*) e ambos os questionários dispõem de secções de reposta aberta, no final de cada dimensão, onde o participante pode escrever um comentário alusivo ao tema (e.g., "Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da brincadeira e lazer."). Dos itens que compõem cada um dos dois instrumentos, foram selecionados, por peritos da área, para o presente estudo todos aqueles que representassem perceções acerca da participação das crianças e dos adolescentes. Assim, foram selecionados para análise, 10 itens do instrumento direcionado a crianças e 18 itens do instrumento direcionado a adolescentes.

Instrumento 7 – Ferramenta de Diagnóstico para Famílias

Este questionário tem como grupo-alvo figuras parentais de crianças/adolescentes e visa recolher as suas perceções acerca do cumprimento dos Direitos da Criança, no concelho onde residem. Primeiramente, são reunidas informações sociodemográficas e, num segundo momento, os participantes devem responder a um conjunto de 74 questões recorrendo a uma escala tipo *Likert* de três pontos (1 = *Completamente verdade*, 2 = *Nem sempre*, 3 = *Não é verdade ou não acontece*) ou a uma quarta opção de resposta (98 = *Não sei*). Neste

questionário, as questões estão distribuídas pelos domínios da Brincadeira e Lazer, Participação e Cidadania, Segurança e Proteção, Saúde, Educação e Conciliação entre Vida Familiar e Trabalho, existindo também, no final de cada um, secções de resposta aberta nas quais os respondentes podem elaborar um comentário. Tal como no caso anterior, os itens a incluir no presente estudo foram selecionados por peritos da área, utilizando como critério a presença de conceitos que remetessem para o direito de participação da criança, nas suas diversas vertentes. Foram escolhidos 13 dos itens que compõem o instrumento original.

Procedimentos

Seleção da Amostra

As CPCJ promoveram a recolha de dados por intermédio dos agrupamentos de escolas e/ou estabelecimentos de ensino que compõem a rede escolar do concelho, tendo participado crianças, adolescentes e figuras parentais pertencentes aos agrupamentos/escolas que concordaram integrar o Projeto Adélia. Assim, este estudo recorre a amostragem não probabilística por conveniência.

Recolha de Dados

A recolha de dados foi promovida, em cada concelho, pela CPCJ que nele opera, em articulação com os agrupamentos e/ou estabelecimentos de ensino. Enquanto no que respeita aos adolescentes e às figuras parentais, a recolha de dados foi realizada exclusivamente em formato online, no que concerne às crianças, em função da sua idade e da área geográfica de pertença, esta foi efetuada, tanto em formato online, como em formato presencial.

As recolhas realizadas online foram levadas a cabo com recurso à plataforma *Google Forms*, tendo sido integrada no formulário uma declaração de consentimento e participação voluntária à qual era obrigatório dar resposta antes de iniciar o questionário. Nestes casos, o link de acesso foi distribuído, via e-mail, pelas escolas/agrupamentos aderentes. Por sua vez, as recolhas realizadas presencialmente decorreram em contexto de sala de aula e na presença de elementos do corpo docente. Ainda, em relação à participação de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos, foi previamente endereçada aos pais/adultos responsáveis uma Declaração de Consentimento, na qual eram expressos os principais objetivos do projeto de investigação e solicitados os consentimentos para a participação das crianças/adolescentes. O anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos foram assegurados nos diversos formatos de recolha.

Análise de Dados

Os dados recolhidos foram convertidos e analisados com a versão 27.0 do programa estatístico *IBM SPSS Statistics* para Windows. Como procedimentos de verificação prévia,

verificou-se a existência de *missing values* em todas as variáveis, tendo estes sido substituídos por valores médios sempre que em percentagem inferior a 5% da amostra (Graham, 2009). Nas situações em que esta percentagem era igual ou superior a esse valor, as variáveis foram submetidas ao *Little's MCAR Test*, por forma a avaliar a sua aleatoriedade (Little, 1988). Deste modo, foram analisados, por informante, quatro itens das crianças, nove dos adolescentes e dois das figuras parentais. Na medida em que as três análises realizadas obtiveram resultados estatisticamente significativos, $X^2(27) = 100.41$, $p < .001$; $X^2(1220) = 2052.73$, $p < .001$; $X^2(2) = 68.85$, $p < .001$, respetivamente, ficou comprovada a inexistência de distribuição aleatória em cada um dos itens examinados, pelo que se optou por não realizar a substituição destes valores omissos. Ainda no âmbito dos procedimentos de verificação dos dados foi explorada a distribuição normal das variáveis métricas estudadas, bem como a existência de *outliers*, não se tendo encontrado violações extremas. Por fim, note-se que, com vista a simplificar a leitura dos resultados, todas as variáveis em análise foram recodificadas, invertendo a escala de resposta. Assim, a atribuição de uma pontuação mais elevada passou a corresponder a uma maior perceção de participação.

Concluídas as análises prévias, com o intuito de testar potenciais relações de interdependência entre os itens, reduzir os dados sujeitos a análise e explorar dimensões de participação, as variáveis selecionadas para cada informante foram submetidas a uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), utilizando a Análise de Componentes Principais (ACP) como método de extração. Em relação ao número de componentes a extrair, foi utilizado como critério a existência de valores próprios (*eigenvalues*) superiores a .80 (Joliffe, 2002) e, ao nível da rotação, foi aplicado o método ortogonal de tipo varimax. Considerando os resultados obtidos no *Little's MCAR Test*, no que respeita à análise dos *missing values*, foi aplicado o método *pairwise*. Aquando da verificação dos pressupostos associados à ACP, a medida de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) foi utilizada para assegurar a adequação da amostra à análise e o Teste de Esfericidade de *Bartlett* para garantir que as correlações entre variáveis eram suficientemente altas para esta análise poder ser efetuada. Para cada ACP, certificou-se, ainda, que os valores da diagonal anti-imagem se encontravam acima de .50 (não foi eliminado qualquer item), que as comunalidades eram iguais ou superiores a .50 em todos os itens (foi eliminado um dos selecionados a partir do questionário direcionado a adolescentes) e que não existiam itens com pesos fatoriais em dois ou mais fatores, sendo a diferença entre eles inferior a .10 (foi eliminado um segundo item do questionário para adolescentes).

Após obtida a solução fatorial, as componentes foram criadas e foi calculado o alfa de Cronbach para avaliar a consistência interna das componentes extraídas para cada participante. Os alfas calculados variaram entre .36 e .76, nos diferentes informantes.

De modo a explorar a existência de relações entre as variáveis sociodemográficas e as componentes identificadas através da ACP, foram realizadas correlações bivariadas de *Pearson* entre as componentes e as variáveis métricas (e.g., idade). De igual forma, para explorar diferenças ao nível da perceção de participação em função do sexo e da pertença à AMP, entre outros, recorreu-se ao teste *t* de *Student* para amostras independentes.

Resultados

Os resultados serão apresentados por participante – crianças, adolescentes e figuras parentais. Num primeiro momento, serão elencados os resultados extraídos da ACP (dimensões de participação em função da perspetiva de cada informante) e, posteriormente, os dos testes *t* de *Student* (diferenças de médias entre grupos) e das correlações de *Pearson* (relações das dimensões com variáveis individuais e contextuais). A fim de ilustrar os resultados identificados nas análises quantitativas, serão integrados, na apresentação destes resultados, dados qualitativos pertencentes a comentários elaborados pelos participantes nos respetivos questionários.

Crianças

A ACP realizada com os 10 itens selecionados obteve um valor de KMO = .74 e um Teste de Esfericidade de *Bartlett* significativo, $X^2(190) = 5288.79$, $p < .001$, comprovando, respetivamente, uma adequação média da amostra à análise e a existência de correlações entre itens suficientemente elevadas (Field, 2009). Foram extraídas seis componentes, responsáveis por 74.35% da variância explicada. A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas dos itens selecionados a partir do Instrumento 6B – Ferramenta de Diagnóstico para Crianças e a Tabela 3 as componentes obtidas através da ACP, bem como os respetivos pesos fatoriais.

A primeira componente, constituída por dois itens (cf. Tabela 3), foi denominada Participação na Família e explicou 24.88% da variância (M = 2.41, DP = 0.57, α = .61). A segunda, também composta por dois itens (cf. Tabela 3), intitulou-se Participação na Escola e foi responsável por 12.03% da variância explicada (M = 2.13, DP = 0.71, α = .57). Na terceira componente, Participação em Contextos de Saúde, saturaram dois itens (cf. Tabela 3), explicando 10.87% da variância (M = 2.70, DP = 0.45, α = .45). A quarta componente, última que consiste em dois itens, foi nomeada Comunicação e explicou 9.26% da variância (M = 2.76, DP = 0.39, α = .43). As componentes cinco e seis foram ambas compostas por

um item (cf. Tabela 3). Designadas Participação em Tarefas Domésticas (*M* = 2.55, *DP* = 0.56) e Diálogo Pais/Filhos (*M* = 2.71, *DP* = 0.51), respetivamente, explicaram 9.15% da variância cada uma.

Componentes de Participação e Variáveis Sociodemográficas

Relativamente ao sexo da criança, foram identificadas diferenças estatisticamente significativas ao nível da Participação na Família, $t(6510) = 6.36$, $p < .001$, $d = 0.16$, IC a 95% [0.06, 0.12], participando as crianças do sexo feminino (*M* = 2.46, *DP* = 0.55) mais neste contexto, quando comparadas com as do sexo masculino (*M* = 2.37, *DP* = 0.59) – "A minha professora deixa-me dar a minha opinião e os meus familiares também." (Feminino [F], 14 anos). Também no que se refere à Comunicação, $t(6510) = 6.23$, $p < .001$, $d = 0.16$, IC a 95% [0.04, 0.08], e à Participação em Tarefas Domésticas, $t(6510) = 11.72$, $p < .001$, $d = 0.29$, IC a 95% [0.14, 0.19] foram as raparigas quem reportou maior participação. Contudo, verificou-se que a diferença de médias entre estas e os rapazes foi bastante mais elevada ao nível das tarefas domésticas (*diferença de médias* = 0.16) – "Eu amo ajudar a minha família." (F, 10); "Participo poucas vezes a ajudar os meus pais, porque eu quero descansar." (Masculino [M], 10) –, por comparação com a comunicação (*diferença de médias* = 0.06) – "Se há alguma coisa, na escola, que não me agrada, eu falo sempre com os meus pais." (F, 9); "Na minha opinião, todos nós devemos contar sobre os nosso dia-a-dia aos nossos responsáveis, sendo assim uma forma de nós, filhos, termos uma relação saudável com os nossos responsáveis, devemos sempre contar com eles!" (F, 12).

Embora tenham sido identificadas correlações estatisticamente significativas e positivas, entre a idade das crianças e a participação, em quatro das seis componentes extraídas da ACP, apenas a correlação entre a idade e a Participação na Família ($r = .11$, $p < .001$), apresentou um poder estatístico superior a .10. Neste contexto, quanto mais velha era a criança, maior era a sua participação – "Era importante os adultos respeitarem mais as crianças e dar-lhes mais atenção." (F, 7); "Todas as crianças têm o direito de dar a sua opinião para com as atividades feitas em casa com a sua família e também dar a sua opinião sobre onde se vai passar as férias ou ir passear." (M, 11).

Encontraram-se também diferenças estatisticamente significativas nas médias obtidas nas componentes de participação entre grupos de crianças que vivem em concelhos pertencentes, ou não, à AMP e em concelhos rurais ou urbanos. Foi possível apurar a existência de diferenças estatisticamente significativas ao nível da Participação na Escola, $t(6355) = 10.35$, $p < .001$, $d = 0.30$, IC a 95% [0.17, 0.25], e da Comunicação, $t(6562) = 5.22$, $p < .001$, $d = 0.14$, IC a 95% [0.04, 0.08], entre os grupos de crianças que vivem em

concelhos pertencentes à AMP e crianças que vivem em concelhos do distrito do Porto não pertencentes à AMP. Em ambos os casos, as crianças residentes em concelhos não integrados na AMP indicaram mais participação (*M* = 2.29, *DP* = 0.66; *M* = 2.81, *DP* = 0.35, respetivamente) do que as residentes em concelhos da AMP (*M* = 2.08, *DP* = 0.71; *M* = 2.75, *DP* = 0.40, respetivamente). Estes resultados traduziram-se nos comentários elaborados, quer pelas crianças residentes em concelhos pertencentes à AMP, quer pelas crianças residentes em concelhos não pertencentes à AMP (N-AMP) – "Eu costumo falar com a minha família sobre os meus problemas." (F, 10, N-AMP). Por outro lado, os resultados revelaram que, quer ao nível da Participação na Escola, $t(6562) = -6.87$, $p < .001$, $d = -0.17$, IC a 95% [-0.13, -0.07], quer da Participação em Contextos de Saúde, $t(6562) = -4.20$, $p < .001$, $d = -0.10$, IC a 95% [-0.07, -0.03], as crianças que residem em concelhos rurais participam menos do que as que residem em concelhos urbanos. Contudo, no que respeita à Participação na Escola as diferenças entre crianças que residem em concelhos urbanos (CU) e crianças que residem em concelhos rurais (CR) são maiores (*diferença de médias* = 0.10) – "Pedir mais vezes a minha opinião e aos colegas." (F, 7, CR) – do que as que se verificaram relativamente à Participação em Contextos de Saúde (*diferença de médias* = 0.05) – "Por vezes os médicos não são muito acessíveis para falar com as crianças ou jovens." (M, 12, CR); "Às vezes é difícil entender o que o médico quer dizer" (M, 8, CU). Finalmente, foi possível observar que as crianças residentes em concelhos rurais (*M* = 2.74, *DP* = 0.41) relataram menor Comunicação por parte dos pais, quando comparados com as de concelhos urbanos (*M* = 2.79, *DP* = 0.38), $t(6562) = 4.94$, $p < .001$, $d = 0.12$, IC a 95% [0.03, 0.07].

Adolescentes

Dos 18 itens inicialmente selecionados do instrumento direcionado a adolescentes, após verificados os pressupostos associados à realização de uma ACP foram eliminados dois itens, tendo apenas 16 sido submetidos a análise, obtendo-se um valor de KMO = .73 (médio de acordo com Field, 2009) e Teste de Esfericidade de *Bartlett* estatisticamente significativo, $X^2(120) = 12547.15$, $p < .001$. As oito componentes que emergiram desta análise explicaram 71.01% da variância. A Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas dos itens submetidos à análise e a Tabela 5 as componentes obtidas, dando origem a dimensões de participação, segundo a perspetiva dos próprios adolescentes.

A primeira componente é constituída por quatro itens (cf. Tabela 5), intitulou-se Participação na Família e foi responsável por 19.45% da variância explicada (*M* = 2.55, *DP* = 0.48, α = .76). A segunda componente, Participação na Comunidade, comporta três itens e explicou 11.64% da variância (*M* = 1.44, *DP* = 0.53, α = .61; cf. Tabela 5). A terceira,

quarta e quinta componentes são compostas por dois itens cada (cf. Tabela 5). Enquanto a componente de Participação em Atividades Extracurriculares explicou 8.74% da variância (M = 1.97, DP = 0.80, α = .73), a componente Perceção de Apoio dos Professores explicou 7.35% (M = 2.58, DP = 0.55, α = .53) e a componente Acesso a Informação 7.02% (M = 2.81, DP = 0.37, α = .37). Finalmente, tanto a componente seis, como as componentes sete e oito, integraram apenas um item (cf. Tabela 5). A sexta componente reportou-se à Participação na Escola e explicou 6.35% da variância (M = 1.92, DP = 0.62); a componente sete, denominada Participação em Contextos de Saúde, explicou 5.43% da variância (M = 2.68, DP = 0.53); e a oitava componente, relativa ao tema da Autonomização, explicou 5.05% da variância (M = 1.32, DP = 0.68).

Componentes de Participação e Variáveis Sociodemográficas

Ao nível do sexo dos adolescentes, identificaram-se diferenças estatisticamente significativas, quer na componente Participação em Atividades Extracurriculares, quer na componente Acesso a Informação. Enquanto, no que respeita ao domínio das atividades extracurriculares, os adolescentes do sexo masculino (M = 2.13, DP = 0.79) indicaram mais participação do que as do sexo feminino (M = 1.84, DP = 0.78), t(7094) = 15.88, p < .001, d = 0.38, IC a 95% [0.26, 0.33] – "Gostava de ter um clube de voleibol na minha freguesia." (F, 15) –, no âmbito do acesso a informação, foram as raparigas (M = 2.84, DP = 0.33) quem reportou maior conhecimento (*diferença de médias* = 0.06), t(7094) = 7.35, p < .001, d = 0.18, IC a 95% [0.05, 0.08] – "Eu passo algum tempo na internet e gosto de estar ligada às coisas." (F, 14).

A idade dos adolescentes correlacionou-se significativa e negativamente com a componente Participação em Atividades Extracurriculares (r = -.14, p < .001). Desta forma, quanto mais velhos forem os adolescentes menor é a sua perceção de participação ao nível das atividades extracurriculares – "Acredito que nós, alunos, não temos tempo para praticarmos os nossos hobbies e atividades que realmente amamos. No meu caso eu treino desporto, mas quase não tenho tempo para mais nada que goste, para além dessas 2 horas semanais […]." (F, 16); "[…] não deveríamos ter uma carga horária tão intensa, pois os jovens e adolescentes deixam de poder participar em ações de voluntariado […], deixam de ter tempo para descobrirem aquilo que realmente gostam de fazer." (F, 17). Simultaneamente, verificou-se uma correlação significativa positiva entre a idade e a componente Autonomização (r = .31, p < .001), traduzindo que, à medida que os adolescentes se vão tornando mais velhos, a sua Autonomização – em particular, relativamente às idas ao médico – também vai crescendo.

Verificaram-se, ainda, diferenças estatisticamente significativas relacionadas com o facto de o concelho de residência pertencer, ou não, à AMP e de se enquadrar em meio urbano ou rural. No que respeita à AMP, verificou-se que os adolescentes residentes em concelhos que não a integram (*M* = 1.87, *DP* = 0.78) reportaram menos Participação em Atividades Extracurriculares do que os residentes em concelhos que a integram (*M* = 2.03, *DP* = 0.81), *t*(7168) = -8.12, *p* < .001, *d* = -0.20, IC a 95% [-0.20, -0.12]. Por outro lado, quer no que respeita à Perceção de Apoio dos Professores, *t*(7168) = 4.99, *p* < .001, *d* = 0.12, IC a 95% [0.04, 0.09] – "Acho que os professores deviam dar a mesma atenção a todos sem excluir aqueles que não são tão bons em tudo." (F, 14, N-AMP); "[…] Para mim, a escola faz mais mal que bem. Não durmo mais de 5 horas há pelo menos 2 semanas, e os professores continuam a pressionar-nos para mantermos as nossas notas […]." (M, 15, N-AMP) –, quer à Participação na Escola, *t*(7168) = 6.96, *p* < .001, *d* = 0.17, IC a 95% [0.08, 0.14] – "[…] eu sinto que não tenho muita voz no que toca às decisões tomadas em relação à escola e o que para nós, crianças e jovens, deveria ser melhor para a nossa educação, desenvolvimento e espaços que frequentamos e até mesmo a nossa opinião sobre as coisas." (F, 13, AMP) –, os adolescentes que residem fora (*M* = 2.62, *DP* = 0.50; *M* = 1.99, *DP* = .62, respetivamente) revelaram participar mais do que os que residem dentro da AMP (*M* = 2.56, *DP* = 0.53; *M* = 1.89, *DP* = 0.62, respetivamente). Ainda, no que se refere à Participação em Atividades Extracurriculares, *t*(7168) = 6.12, *p* < .001, *d* = 0.15, IC a 95% [0.08, 0.15], verificou-se que os adolescentes residentes em concelhos rurais (*M* = 1.91, *DP* = 0.79) relataram menor participação do que os residentes em concelhos urbanos (*M* = 2.02, *DP* = 0.79) – "Devia haver mais atividades e espaços para os jovens nas pequenas freguesias e bairros." (F, 16, CR); "Adoro patinagem, porém não tenho nenhum sítio na minha freguesia onde possa praticar." (F, 13, CR) – e, relativamente à Participação na Escola, *t*(7168) = -5.81, *p* < .001, *d* = -0.14, IC a 95% [-0.11, -0.06], que os residentes em concelhos rurais (*M* = 1.97, *DP* = 0.62) participam mais do que os residentes em concelhos urbanos (*M* = 1.88, *DP* = 0.63) – "Eu acho que os(as) professores(as) deveriam ter mais em consideração o estado de espírito dos seus alunos, tratar todos de forma igual e pedir a «nossa» opinião sobre a sua forma de ensino." (M, 14, CU).

Figuras Parentais

A ACP a que foram submetidos os 13 itens selecionados a partir do Instrumento 7 – Ferramenta de Diagnóstico para Famílias apresentou um Teste de Esfericidade de *Bartlett* significativo, $X^2(78) = 14879.81$, $p < .001$, e uma medida de KMO = .76, que reflete adequação média entre a amostra e a análise realizada (Field, 2009). Desta análise, foram

extraídas sete componentes que explicaram, no conjunto, 68.67% da variância. A Tabela 6 apresenta as estatísticas descritivas dos itens selecionados a partir do instrumento original dirigido a figuras parentais de crianças/adolescentes e a Tabela 7 os resultados da ACP realizada.

A primeira componente remeteu para a Participação na Família, explicou 21.19% da variância e é composta por três itens (M = 2.56, DP = 0.41, α = .65; cf. Tabela 7). A segunda componente é constituída por dois itens (cf. Tabela 6), intitula-se Participação em Contextos de Saúde e explicou 9.87% da variância (M = 2.90, DP = 0.27, α = .52). A terceira componente incluiu dois itens (cf. Tabela 7) e denomina-se Comunicação, sendo responsável por 9.61% da variância explicada (M = 2.92, DP = 0.22, α = .39). A quarta componente, Participação na Comunidade, explicou 8.11% da variância (M = 1.47, DP = 0.54, α = .36) e foi constituída por dois itens. A quinta componente, responsável por 7.06% da variância explicada (M = 2.90, DP = 0.26, α = .37), integrou dois itens e remeteu para a temática da Monitorização. Os restantes dois itens estão atribuídos, individualmente, à sexta e à sétima componentes (cf. Tabela 7). Estas componentes explicaram, por esta ordem, 6.42% (M = 2.84, DP = 0.38) e 6.39% da variância (M = 2.68, DP = 0.50), designando-se Diálogo Pais/Filhos e Participação em Tarefas Domésticas. No que respeita às análises realizadas com as componentes de participação que emergiram da ACP referente às figuras parentais, não foram identificadas diferenças de médias em função das variáveis contextuais e sexo ou correlações de *Pearson* com a idade.

Discussão

Globalmente e, em particular, no que concerne ao contexto português, a literatura no âmbito da participação da criança revela-se escassa e pouco abrangente, quer no que respeita às perspetivas que são espelhadas, quer às dimensões da participação que são alvo de estudo. A presente dissertação teve como objetivo primordial analisar as perspetivas de crianças, adolescentes e figuras parentais relativamente ao respeito pelo direito de participação das crianças e dos adolescentes, nos seus vários contextos de vida.

O primeiro objetivo específico deste estudo remeteu para a exploração das diferentes dimensões da participação de crianças/adolescentes, na perspetiva dos próprios e na perspetiva de figuras parentais. Foi possível apurar que, não obstante o facto de todos os participantes percecionarem conjuntos de dimensões de participação distintos, se verifica a existência de sobreposições entre eles. Na sua maioria, as dimensões reportadas pelas figuras parentais apresentam comunalidades, tanto com as indicadas pelas crianças, como com as indicadas pelos adolescentes, sendo esse tipo de sobreposição mais comum relativamente às

crianças. Adicionalmente, observou-se que os adolescentes são quem identifica um maior número de dimensões de participação e que há pouca correspondência entre as componentes propostas por eles e pelas crianças. Do total de componentes que surgiram das três ACP, apenas a Participação na Família e a Participação em Contextos de Saúde foram comuns a todos os tipos de participante. Em associação com a Participação na Escola – dimensão comum a crianças e adolescentes –, estas constituem os domínios nos quais a perceção de participação é mais frequentemente estudada na literatura (e.g., Ferreira, 2019; Kosher, 2018; Lundberg et al., 2021; Mascradi et al., 2021; Motta et al., 2020; Pećnik et al., 2016). Por outro lado, temáticas como a Autonomização, a Comunicação, o Diálogo Pais/Filhos e a Participação em Atividades Extracurriculares, na Comunidade ou em Tarefas Domésticas foram reconhecidas pelos participantes como dimensões da participação, não sendo abordadas de forma regular, nesses moldes, pela academia.

O segundo objetivo específico pretendia analisar em que medida o nível de perceção de participação das crianças/adolescentes, nas suas diferentes dimensões, era determinado em função de características individuais do participante, nomeadamente, do sexo e da idade. No que respeita ao sexo, foram identificadas diferenças estatisticamente significativas, tanto entre as crianças, como entre os adolescentes. Esta é, também segundo a literatura, uma característica individual que, na perspetiva dos adolescentes, influencia as oportunidades de participação a que são expostos no dia-a-dia (Cuevas-Parra, 2022; Rodrigues, 2018).

Não obstante o facto de o contexto familiar ser aquele em que crianças e figuras parentais assumem existir menor respeito pelo direito de participação (Pećnik et al., 2016; Kosher, 2018), os resultados obtidos apontam no sentido de essa participação ser diferenciada em função do sexo da criança ou do adolescente. As dimensões nas quais foram constatadas diferenças significativas com base nesta variável individual remetem, maioritariamente, para este contexto e para as rotinas a ele associadas – Participação na Família, Comunicação, Acesso a Informação e Participação em Tarefas Domésticas –, tendo-se verificado que são as raparigas quem, nessas situações, percecionam mais oportunidades de participação. Se, por um lado, a existência de participação, comunicação com as figuras parentais e acesso a informação em grau superior, por parte das raparigas, podem remeter para dificuldades, por parte das figuras parentais, na correta comunicação com crianças e/ou adolescentes do sexo masculino, por outro, o envolvimento díspar na concretização de tarefas domésticas poderá traduzir crenças culturais e geracionais associadas aos papéis de género (Instituto Europeu para a Igualdade de Género, 2021; Giménez-Nadal et al., 2019), com consequências para a promoção da responsabilidade e

autonomia das crianças/adolescentes de ambos os sexos. Assim, o investimento na consciencialização das figuras parentais para a importância da participação da criança/adolescente na família, bem como nas suas rotinas e tomadas de decisão, independentemente do sexo, é imprescindível. A fim de universalizar dinâmicas familiares em que o poder é partilhado e se verificam processos colaborativos de tomada de decisão (Vranješević, 2020), urge promover canais de comunicação abertos e próximos entre os rapazes e os seus adultos significativos, com vista a promover tanto o acesso a informação, como o diálogo adulto-criança/adolescente. Considerando o papel fundamental da promoção da autonomia e o facto de os resultados qualitativos reportarem que, regra geral, as crianças se divertem ao realizar tarefas domésticas, pensar formas criativas de as incluir, tendo em conta, não só os seus gostos e interesses, como o seu nível desenvolvimental e competências, poderá ser um fator-chave no combate à falta de envolvimento do sexo masculino e na promoção da igualdade de género.

Todavia, a maior perceção de participação por parte das raparigas não é transversal a todos os domínios nos quais se reconheceu a existência de diferenças e, no que respeita à dimensão da Participação em Atividades Extracurriculares, foram os adolescentes do sexo masculino quem assinalou maior participação. No sentido em que a adolescência se constitui como um período crucial do desenvolvimento, no qual o envolvimento nos diferentes contextos – entre os quais, os de lazer e desporto – desempenha um papel essencial e se reveste de uma importância inegável, não só ao nível do bem-estar emocional e físico, como por representarem um meio de autorregulação, aprendizagem e socialização para este grupo etário (Banko-Bal & Guler-Yildiz, 2021; Vranješević, 2020), a reduzida participação, neste tipo de atividades, por parte das adolescentes levanta questões de caráter prático, que devem ser avaliadas e respondidas de forma célere, permitindo colmatar potenciais ausências ou problemas de divulgação ao nível de respostas adequadas aos interesses e necessidades de lazer/desporto das raparigas.

Ainda no que toca ao segundo objetivo específico deste estudo, foram identificadas correlações estatisticamente significativas entre a idade e três dimensões da participação. Para as crianças, verificou-se uma correlação positiva com a Participação na Família. Por sua vez, para os adolescentes, enquanto a correlação entre a idade e a Autonomização foi positiva, o mesmo não se verificou em termos das Atividades Extracurriculares, sendo a sua participação fragilizada pelo crescimento.

A existência de uma correlação positiva entre a idade da criança e o seu grau de Participação na Família poderá estar estreitamente relacionada com o conceito de que as

crianças representam adultos em formação e que, portanto, não dispõem de competências suficientes para o exercício de uma participação ativa (Freeman, 2011; Graham et al., 2015; O'Neill, 1988; Vranješević, 2020). Sendo o desenvolvimento integral da criança promovido sempre que lhe seja permitido desempenhar um papel ativo nos contextos socioculturais que integra (Akyol, 2021; Vranješević, 2020), facilitar oportunidades de participação, reflexão e comunicação efetivas às crianças e aos adolescentes pressupõe que estas existam e que sejam transversais a todas as faixas etárias, garantindo que os mais novos não são esquecidos/têm a sua participação restringida, quer relativamente a contextos nos quais despendem grande parte do seu tempo – família –, quer em todos os aspetos da comunidade envolvente. Por outro lado, é igualmente possível que este racional esteja na base para a correlação positiva entre a idade e a promoção da autonomia – Autonomização. Ao invés de uma perspetiva que olha a infância e a adolescência como um período de transição para alcançar o estatuto de adulto competente (Vranješević, 2020), é de relevo promover junto das figuras parentais estes períodos desenvolvimentais como oportunidades de promoção de competências que contribuam para a integração participativa de crianças/adolescentes na comunidade, não só quando forem adultos, mas também enquanto crianças/adolescentes. Por consequência, será expectável que as figuras parentais implementem estratégias de promoção da autonomia em idades mais precoces e de forma mais informada.

O terceiro e último objetivo específico tinha, tal como o anterior, o intuito de analisar diferenças relativamente ao nível de perceção de participação das crianças/adolescentes, nas suas diferentes dimensões – desta feita, com base em características contextuais. Estes resultados remetem para a existência de diferenças estatisticamente significativas, tanto entre os concelhos que pertencem à AMP e os que não a integram, como entre os concelhos urbanos e rurais.

No que respeita aos concelhos que estão integrados na AMP, a perspetiva das crianças e dos adolescentes sobre as suas oportunidades de participação denunciam lacunas de participação ao nível da Comunicação, da Participação na Escola e da Perceção de Apoio dos Professores – reportadas por crianças, por crianças e adolescentes e por adolescentes, respetivamente. Pelo contrário, em relação à Participação em Atividades Extracurriculares¸ estes concelhos estão bem posicionados e constituem-se como referência no que se refere ao respeito pelo direito de participação.

De acordo com os dados qualitativos recolhidos junto das figuras parentais residentes em concelhos da AMP, as exigências associadas a horários laborais extensos/não adaptados a adultos que exercem responsabilidades parentais e o prolongamento do trabalho para o

contexto familiar são problemáticas comuns em diversas famílias. Esta situação poderá estar relacionada com a menor disponibilidade para dedicar tempo de qualidade às crianças e, consequentemente, promover a dimensão da Comunicação. As questões de conciliação entre os contextos familiar e laboral têm de deixar de ser individuais e passar a ser de corresponsabilidade, uma vez que o equilíbrio entre estas esferas da vida pessoal deve ser um assunto partilhado entre os governantes, os empregadores do setor público e privado e as próprias famílias. Assim, a implementação de políticas pró-família poderá ser uma forma de promover, não só a comunicação adulto-criança, como o bem-estar de todos os elementos da família.

Por seu turno, o facto de a Participação na Escola e a Perceção de Apoio dos Professores serem mais reduzidas nos concelhos da AMP poderá ser consequência da extensão dos corpos discentes que integram os estabelecimentos de ensino, nesta área. Considerando que o número de crianças e de adolescentes a que estas escolas dão resposta é potencialmente superior, também o seu compromisso para com a defesa dos direitos das crianças o deve ser, nomeadamente no que respeita ao direito de participação e à atribuição do apoio necessário à efetivação do seu envolvimento das crianças/adolescentes uma vez que se constituem como espaços educativos e nos quais o crescimento individual deve ser valorizado. Com vista a colmatar as lacunas identificadas, é importante, em primeiro lugar, dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito da organização escolar, com redução da dimensão das turmas. Ademais, é fulcral que sejam criados espaços de discussão – entre os alunos e em articulação com os dirigentes escolares –, quer sobre as práticas escolares e educativas, quer sobre os desafios a que os agrupamentos e escolas estão sujeitos, tendo os alunos como membros constituintes e corresponsabilizando-os pela identificação de soluções que deem resposta às necessidades identificadas. Na medida em que, nos concelhos urbanos, se constataram as mesmas falhas, ao nível da Participação na Escola, por parte dos adolescentes, que foram expostas pelas crianças e pelos adolescentes dos concelhos pertencentes à AMP, é de notar que estas propostas de intervenção podem também ser aplicáveis à população residente em concelhos urbanos.

Observou-se que, na perspetiva das crianças, são os concelhos rurais que oferecem menos oportunidades de Participação na Escola e na Saúde e de Comunicação e, na dos adolescentes, de Participação em Atividades Extracurriculares. É sabido que os concelhos rurais dispõem de recursos educativos e de saúde em menor número, bem como são frequentemente servidos por profissionais que se encontram deslocalizados dos seus locais de residência. Não obstante o facto de esta realidade ser transversal a todo o panorama

nacional, é imperativo que cada concelho reúna esforços para dar resposta às necessidades da sua população – não só adulta, como infantil e juvenil. Para tal, deverão apostar, quer no envolvimento das crianças nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito, em contexto escolar – sejam estas referentes ao contexto de sala de aula ou à escola, enquanto organização –, quer na fomentação de literacia em saúde, permitindo a promoção de uma participação ativa em contexto e conduzindo a uma transição cuidada e gradual entre os cuidados de saúde pediátricos e os cuidados direcionados a adultos. A este nível, e em particular no que remete para a articulação com crianças, os profissionais da educação e da saúde desempenham também um papel indispensável, tornando-se necessário que os próprios beneficiem de formação que lhes forneça competências para ajustar o seu discurso às capacidades e nível desenvolvimental dos alunos ou utentes a que dão resposta. A Comunicação é, ainda, uma das dimensões da participação nas quais, na perspetiva das crianças, as figuras parentais têm falhado. Na medida em que esta componente se reporta maioritariamente ao questionamento sobre a vida escolar e à partilha de informação acerca de práticas de vida saudáveis, cabe aos municípios apostarem num trabalho sistemático e estruturado de apoio e orientação às figuras parentais, que lhes permita tomarem conhecimento das vantagens associadas a uma Comunicação fluída entre adultos e crianças e, posteriormente, implementá-la em contexto familiar.

Os concelhos rurais são, por último, aqueles em que os adolescentes reconheceram maiores lacunas ao nível das atividades extracurriculares. Este resultado, potencialmente gerado pela menor disponibilidade de infraestruturas ou iniciativas que acomodem os interesses dos residentes nesta faixa etária, destaca a importância de os auscultar sobre as suas preferências em termos lúdicos, de forma a desenvolver equipamentos que respondam às suas necessidades efetivas – na qualidade de cidadãos, também as crianças e adolescentes devem ter uma voz ativa no desenvolvimento das infraestruturas/equipamentos públicos.

Finalmente, é importante enumerar algumas limitações associadas à realização do presente estudo, que devem ser tidas em consideração aquando da leitura dos resultados. Em primeiro lugar, importa salientar que a aplicação do Instrumento 6B – Ferramenta de Diagnóstico para Crianças foi realizada em contexto escolar, na presença dos professores. Esta característica do procedimento de recolha de dados constitui uma limitação, não só pelas distinções que acarreta ao nível da metodologia, quando se considera a forma como os adolescentes e as figuras parentais preencheram os questionários, como pelo potencial de enviesamento associado à presença dos docentes, quando as crianças se encontravam a responder ao questionário. Ao nível da análise, as limitações prendem-se pela elevada

percentagem de valores omissos identificados, nas crianças/adolescentes, ao nível do ano de escolaridade e, por parte das figuras parentais, na resposta às variáveis sociodemográficas, impossibilitando a sua utilização em quaisquer análises e limitando, consequentemente, a exploração estatística e os resultados que dela emergiram. No que aos resultados diz respeito, constituem-se como limitações o reduzido tamanho de efeito de alguns resultados estatísticos. Estas características remetem para análises mais enfraquecidas e cujos resultados devem ser considerados e interpretados unicamente à luz dessa mesma debilidade. Ainda, uma última limitação surge em termos metodológicos, uma vez que não se provou exequível associar as crianças/adolescentes respondentes às figuras parentais que preencheram os questionários. Esta impossibilidade tornou inverosímil a realização de análises que permitissem aprofundar a dinâmica das famílias incluídas no estudo, bem como avaliar o grau em que as perspetivas das crianças/adolescentes e das suas figuras parentais se relacionam e influenciam mutuamente.

Conclusão

A recolha e análise das perceções de crianças/adolescentes e figuras parentais acerca da participação das primeiras revela-se fundamental, não só para a avaliação do grau em que este direito está a ser respeitado, mas para que a própria CDC seja cumprida, passando as crianças e os adolescentes a ser encarados como cidadãos ativos, que são peritos no que respeita às suas experiências individuais e têm direito de participação em todas as questões e contextos que lhes digam respeito. O presente estudo procurou responder a lacunas de investigação, quer recorrendo a um vasto leque de dimensões da participação – que incluem ações específicas e contextos mais alargados –, quer dando voz, em simultâneo, a crianças, adolescentes e figuras parentais.

No que respeita às conclusões desta investigação, importa referir que apenas duas das dimensões identificadas foram apontadas pelos três tipos de participante em estudo e que, de entre os informantes, os adolescentes foram o informante para o qual um maior número de dimensões de participação foram identificadas. Embora não se tenham detetado diferenças ou correlações estatisticamente significativas nas análises realizadas com recurso às componentes de participação reconhecidas pelas figuras parentais e às variáveis contextuais, foi possível constatar que, no caso das crianças e dos adolescentes, tanto as variáveis individuais como as contextuais originaram diferenças de médias entre grupos e revelaram correlações estatisticamente significativas. Na generalidade, observou-se que os participantes do sexo feminino, que residem em concelhos que não integram a AMP ou que residem em concelhos urbanos percecionam mais oportunidades de participação, em

diversos contextos. Contudo, esta tendência não foi transversal a todos os domínios, existindo também aspetos nos quais os papéis se invertem e se constatam valores de participação superiores por parte dos seus pares masculinos, residentes em concelhos da AMP ou em concelhos rurais. De igual forma, também o aumento da idade assumiu dois tipos de relação com a participação, podendo apresentar-se quer como impulsionadora, quer como um entrave à sua concretização.

Para finalizar, atentando nas conclusões extraídas deste estudo e nas limitações a ele associadas, torna-se viável propor estudos futuros que poderão ser de interesse para a área da promoção e proteção dos direitos das crianças, em geral, e para a promoção e proteção do direito de participação, em particular. Assim, de futuro, estudos que pretendam reproduzir a metodologia utilizada e assimilar a voz de crianças, adolescentes e figuras parentais, deverão atender às vantagens associadas, por um lado, ao emparelhamento adulto-criança e, por outro, à recolha de informação relativa à estrutura e características das famílias das crianças e/ou dos adolescentes respondentes. Assim, tornar-se-ia possível, não só analisar comparativamente as respostas de adultos e crianças pertencentes a um mesmo agregado familiar, como explorar em que medida as idiossincrasias da família afetam a perceção de participação de crianças/adolescentes exibida pelos elementos que a constituem. Ademais, considerando que o presente estudo integra um projeto nacional, mas apenas faz uso de dados pertencentes ao distrito do Porto, poderia ser relevante analisar os dados recolhidos a nível nacional, bem como realizar estudos de periodicidade fixa, com vista a avaliar em que medida o respeito pelos Direitos da Criança vai sendo implementado em território nacional, identificar potenciais falhas e propor ações que procurem responder, a cada momento, às necessidades mais urgentes apresentadas pelo país, neste âmbito.

Referências

Akyol, T. (2021). “In fact, we can all decide”: An action research on the participation right of young children. *International Electronic Journal of Elementary Education*, *13*(4), 523–534. https://www.iejee.com/index.php/IEJEE/article/view/1355

Akyol, T., & Erdem, H. (2021). Children’s participation from the perspective of teachers. *Journal of Pedagogical Research*, *5*(1), 188–202. http://dx.doi.org/10.33902/JPR.2021167549

Albuquerque, C. (2000). *As Nações Unidas, a convenção e o comité*. Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República. http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01835_PP-8384crianca.pdf

Banko-Bal, C., & Guler-Yildiz, T. (2021). An investigation of early childhood education teachers’ attitudes, behaviors, and views regarding the rights of the child. *International Journal of Child Care and Education Policy*, *15*(5), 1–26. https://doi.org/10.1186/s40723-021-00083-9

Barbosa, I. (2020). Direitos cívicos e políticos na infância e adolescência: Da retórica da participação ao protagonismo infantil [Número temático]. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 69–89. https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/10136

Bolieiro, H., & Guerra, P. (2014). *A criança e a família: Uma questão de direito(s) – Visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças e jovens* (2ª ed.). Coimbra Editora.

Cantwell, N. (2011). Are children’s rights still human? Em A. Invernizzi & J. Williams (Eds.), *Are children’s rights still human?* (pp. 37–59). Ashgate Publishing.

Cardoso, A., Guerreiro, A., & Comissão Nacional dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. (2019a, dezembro). *Instrumento 6A – questionário para jovens* [Instrumento não publicado]. CESIS/CNPDPCJ.

Cardoso, A., Guerreiro, A., & Comissão Nacional dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. (2019b, dezembro). *Instrumento 6B – ferramenta de diagnóstico para crianças* [Instrumento não publicado]. CESIS/CNPDPCJ.

Cardoso, A., Guerreiro, A., & Comissão Nacional dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. (2019c, dezembro). *Instrumento 7 – ferramenta de diagnóstico para famílias* [Instrumento não publicado]. CESIS/CNPDPCJ.

Cuevas-Parra, P. (2022). Multi-dimensional lens to article 12 of the UNCRC: A model to enhance children's participation. *Children's Geographies*. https://doi.org/10.1080/14733285.2022.2071598

Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Quarteto.

Elsman, E. B. M., Koel, M. L. C., Van Nispen, R. M. A., & Van Rens, G. H. M. B. (2022). Interrater reliability and agreement between children with visual impairment and their parents on participation and quality of life. *Acta Ophthalmologica*, *100*(4), 468–476. https://doi.org/10.1111/aos.14999

Ferreira, A. S. P. (2019). *Participação em contexto pré-escolar: A perspetiva das crianças* [Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade do Porto]. https://hdl.handle.net/10216/123829

Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3.ª ed.). Sage Publications.

Freeman, M. (2010). The human rights of children. *Current Legal Problems*, *63*(1), 1–44. https://doi.org/10.1093/clp/63.1.1

Freeman, M. (2011). The value and values of children's rights. Em A. Invernizzi & J. Williams (Eds.), *The human rights of children: From visions to implementation* (pp. 21–36). Ashgate Publishing.

Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças. (1989). *Convention on the rights of the child*. https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/ProfessionalInterest/crc.pdf

Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças. (2019a). *Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos*. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças. (2019b). *For every child, every right: The Convention on the Rights of the Child at a crossroads*. https://www.unicef.org/media/62371/file/Convention-rights-child-at-crossroads-2019.pdf

Gal, T. (2015). From social exclusion to child-inclusive policies: Toward an ecological model of child participation. Em T. Gal & B. F. Duramy (Eds.), *International perspectives and empirical findings on child participation: From social exclusion to child-inclusive policies* (pp. 451–463). Oxford University Press.

Giménez-Nadal, J. I., Mangiavacchi, L., & Piccoli, L. (2019). Keeping inequality at home: The genesis of gender roles in housework. *Labour Economics, 58*, 52-68. https://doi.org/10.1016/j.labeco.2019.03.006

Guerra, P. (2020). O que faz correr o David? (o princípio da audição da criança em sede judiciária). Em E. Lopes (Ed.), *Psicologia judiciária: Família e crianças* (pp. 11–82). Centro de Estudos Judiciários. https://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/eb_psicologiaj_fc.pdf

Graham, J. W. (2009). Missing data analysis: Making it work in the real world. *Annual Review of Psychology, 60*, 549-576. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.58.110405.085530

Graham, A., Fitzgerald, R., & Cashmore, J. (2015). Professionals' conceptions of «children», «childhood», and «participation» in an Australian family relationship services sector organization. Em T. Gal & B. F. Duramy (Eds.), *International perspectives and empirical findings on child participation: From social exclusion to child-inclusive policies* (pp. 257–280). Oxford University Press.

Harcourt, D., & Hägglund, S. (2013). Turning the UNCRC upside down: A bottom-up perspective on children's rights. *International Journal of Early Years Education, 21*(4), 286–299. https://doi.org/10.1080/09669760.2013.867167

Hart, S. N., Pavlović, Z., & Zeidner, M. (2001). The ISPA cross-national children's rights research project. *School Psychology International*, *22*(2), 99–129. https://doi.org/10.1177/0143034301222001

Howe, R. B., & Covell, K. (2005). *Empowering children: Children's rights education as a pathway to citizenship*. University of Toronto Press.

Huminuik, K., O'Connor, M., Dockett, K., Kallivayalil, D. J., McFarland, S. G., & Wyndham, J. M. (2022). Moving human rights to the forefront of psychology: Summary of the final report of the APA task force on human rights. *American Psychologist*, *77*(4), 589–601. https://doi.org/10.1037/amp0000897

Instituto Europeu para a Igualdade de Género. (2021). *Gender equiality index 2021: Health.* Serviço das Publicações da União Europeia. https://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/gender_equality_index_2021_health.pdf

Jolliffe, I. T. (2002). *Principal component analysis* (2.ª ed.). Springer.

Kodelja, Z. (2020). Instead of a conclusion: Some other problems with children's rights. *Šolsko Polje*, *31*(3–4), 107–112. https://doi.org/10.1163/15718182-02602005

Kosher, H. (2018). What children and parents think about children's right to participation. *international journal of children's rights*, *26*, 295–328. https://doi.org/10.1163/15718182-02602005

Laborinho Lúcio, A. (2007, abril). *Uma criança para os direitos* [Apresentação em conferência]. XIème Congrès International de l'Association Internationale de Formation et de Recherche en Education Familiale, Coimbra, Portugal.

Larsson, I., Svedberg, P., Arvidsson, S., Nygren, J. M., & Carlsson, I.-M. (2019). Parents' experiences of an e-health intervention implemented in pediatric healthcare: A qualitative study. *BMC Health Services Research*, *19*, 1–9. https://doi.org/10.1186/s12913-019-4643-7

Little, R. J. A. (1988). A test of missing completely at random for multivariate data with missing values. *Journal of the American Statistical Association*, *83*(404), 1198–1202. https://doi.org/10.1080/01621459.1988.10478722

Lundberg, V., Eriksson, C., Lind, T., Coyne, I., & Fjellman-Wiklund, A. (2021). How children with juvenile idiopathic arthritis view participation and communication in healthcare encounters: A qualitative study. *Pediatric Rheumatology*, *19*, Artigo 156. https://doi.org/10.1186/s12969-021-00642-x

Lundy, L. (2007). 'Voice' is not enough: Conceptualising article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. *British Educational Research Journal*, *33*(6), 927–942. https://doi.org/10.1080/01411920701657033

Lundy, L., Byrne, B., Lloyd, K., Templeton, M., Brando, N., Corr, M.-L., Heard, E., Holland, L., MacDonald, M., Marshall, G., McAllister, S., McNamee, C., Orr, K., Schubotz, D., Symington, E., Walsh, C., Hope, K., Singh, P., Neill, G., & Wright, L. H. V. (2021). Life under coronavirus: Children's views on their experiences of their human rights. *The International Journal of Children's Rights*, *29*(2), 261–285. https://doi.org/10.1163/15718182-29020015

Macedo, E., Santos, S. A., Doroftei, A. O., Araújo, H. C., & Nada, C. (2020). Visiones de jóvenes sobre su participación en medidas educativas en el norte de Portugal: Entre desafíos y oportunidades. *Educatio Siglo XXI*, *38*(2), 131–152. https://doi.org/10.6018/educatio.414711

Mascadri, J., Brownlee, J. L., Johansson, E., Scholes, L., Walker, S., & Berthelsen, D. (2021). Children's perspectives on why and when teachers listen to their ideas:

Exploring opportunities for participation in the early years of school. *International Journal of Educational Research, 107*, 1–11. https://doi.org/10.1016/j.ijer.2021.101747

McMellon, C., & Tisdall, E. K. M. (2020). Children and young people's participation rights: Looking backwards and moving forwards. *International Journal of Children's Rights, 28*(1), 157–182. https://doi.org/10.1163/15718182-02801002

Motta, M. G. C., Kinalski, D. D. F., Schneider, V., Antunes, B. S., Evangelista, G. T., & Martins, V. (2020). Participação no cuidado em saúde: A voz da criança e do adolescente que vivem com HIV. *Sustinere, 8*(2), 417–436. https://doi.org/10.12957/sustinere.2020.48012

Olszewski, A., & Goldkind, S. F. (2018). The default position: Optimizing pediatric participation in medical decision making. *The American Journal of Bioethics, 18*(3), 4–9. https://doi.org/10.1080/15265161.2017.1418921

O'Neill, O. (1988). Children's rights and children's lives. *Ethics, 98*(3), 445–463. https://doi.org/10.1086/292964

Organização das Nações Unidas. (1948). *Universal declaration of human rights*. https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2021/03/udhr.pdf

Pećnik, N., Matić, J., & Milaković, A. T. (2016). Fulfillment of the child's participation rights in the family and the child's psychosocial adjustment: Children's and parents' views. *Revija Za Socijalnu Politiku, 23*(3), 399–421. https://doi.org/10.3935/rsp.v23i3.1382

Programa de Desenvolvimento Rural. (2020). *Zonas rurais: Freguesias rurais PDR2020 (nova Divisão Administrativa 2013)*. http://www.pdr-2020.pt/content/download/1175/11879/version/1/file/Territorios+Rurais.pdf

Rodrigues, E. V. (2018). *MJPOP Skola: Monitoramento de políticas públicas realizado por adolescentes e jovens na escola a tempo integral José Carvalho* [Bacharelato, Universidade Estadual do Ceará]. http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=85683

Shields, N., & Synnot, A. (2016). Perceived barriers and facilitators to participation in physical activity for children with disability: A qualitative study. *BMC Pediatrics, 16*(9), 1–10. https://doi.org/10.1186/s12887-016-0544-7

Smith, A. B. (2016). *Children's rights: Towards social justice*. Momentum Press.

Tavares, C. C. (2019). *A ciranda da participação: Perspetivas de crianças e da educadora na pré-escola* [Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade do Porto]. https://hdl.handle.net/10216/124394

Tisdall, E. K. M., & Cuevas-Parra, P. (2022). Beyond the familiar challenges for children and young people's participation rights: The potential of activism. *The International Journal of Human Rights*, *26*(5), 792–810. https://doi.org/10.1080/13642987.2021.1968377

Todres, J., & Diaz, A. (2017). Adolescents' right to participate: Opportunities and challenges for health care professionals. *Annals of Global Health*, *83*(5–6), 697–703. https://doi.org/10.1016/j.aogh.2017.10.019

Veerman, P. E. (1992). *The rights of the child and the changing image of childhood*. Martinus Nijhoff Publishers.

Vranješević, J. (2020). Convention on the rights of the child and adultism: How to deconstruct a myth? *Solsko Polje*, *31*(3–4), 45–61. https://dx.doi.org/10.32320/1581-6044.31(3-4)45-61

Tabela 1

Caracterização das Figuras Parentais de Famílias com Crianças e/ou Adolescentes

		n	%
Relação com a criança e/ou adolescente	Mãe	5259	42.52
	Pai	706	5.71
	Irmã	19	0.15
	Avó	12	0.10
	Avô	5	0.04
	Tia	5	0.04
	Madrasta	4	0.03
	Padrasto	4	0.03
	Madrinha	4	0.03
	Tutora	3	0.02
	Tio	2	0.02
	Irmão	2	0.02
	Amiga	1	0.01
	Auxiliar de ação educativa	1	0.01
	Avós	1	0.01
	Pai e mãe	1	0.01
	Prima	1	0.01
	Professora	1	0.01
	Profissional de educação e reabilitação	1	0.01
	Técnica de casa de acolhimento	1	0.01
Número de adultos	1	523	4.23
	2	3845	31.09
	3	1118	9.04
	4	426	3.45
	5	90	0.73
	6	26	0.21
	7	3	0.02
	8	1	0.01
	9	2	0.02
Número de crianças	0	40	0.32
	1	2631	21.27
	2	2827	22.86
	3	406	3.28
	4	78	0.63
	5	9	0.07
	6	1	0.01
	11	1	0.01
	12	1	0.01
Faixa etária das crianças e/ou adolescentes [a]	Menos de 5 anos	1496	12.10
	6 a 10 anos	2498	20.20
	11 a 12 anos	2135	17.26
	13 a 15 anos	1962	15.89
	Mais de 15 anos	992	8.02

Nota. N = 12367

[a] Nesta variável, os participantes tinham a possibilidade de selecionar mais do que uma opção de resposta (famílias com mais do que uma criança/adolescente).

Tabela 2

Estatísticas Descritivas dos Itens do Instrumento para Crianças Submetidos a ACP

Itens	*n*	%	*M*	*DP*
O/A meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola.	6070	92.5	2.19	0.75
O/A meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio.	5642	86.0	2.06	0.90
A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	6413	97.7	2.37	0.69
A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	6212	94.6	2.45	0.69
Eu costumo ajudar a minha família na cozinha ou a fazer outras tarefas.	6498	99.0	2.55	0.57
A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim fala(m) comigo sobre o que é ser saudável.	6426	97.9	2.78	0.49
Quando comemos à mesa, em família, falamos muito.	6488	98.8	2.71	0.52
O/A médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	6333	96.5	2.66	0.56
Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como devo tomar os medicamentos.	6141	93.6	2.75	0.55
A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(veis) por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola.	6485	98.8	2.74	0.51

Nota. N = 6564. Os itens foram avaliados numa escala tipo *Likert* de 3 pontos (1 = *Não é verdade ou não acontece*, 2 = *Nem sempre*, 3 = *Completamente verdade*).

Tabela 3

Componentes de Participação da Perspetiva das Crianças

Itens	Pesos Fatoriais [a]					
	1	2	3	4	5	6
Componente 1: Participação na Família						
A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	**.85**		.12			
A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	**.78**			.25		
Componente 2: Participação na Escola						
O/A meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio.		**.85**				
O/A meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola.		**.80**		.19		
Componente 3: Participação em Contextos de Saúde						
O/A médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.			**.80**	.20		
Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como devo tomar os medicamentos.			**.79**			.12
Componente 4: Comunicação						
A(s) pessoa(s) que é (são) responsável(veis) por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola.				**.86**		
A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim fala(m) comigo sobre o que é ser saudável.	.25	.13	.14	**.63**		
Componente 5: Participação em Tarefas Domésticas						
Eu costumo ajudar a minha família na cozinha ou a fazer outras tarefas.					**.99**	
Componente 6: Diálogo Pais/Filhos						
Quando comemos à mesa, em família, falamos muito.				.15		**.98**

Nota. N = 6564. Os itens foram avaliados numa escala tipo *Likert* de 3 pontos (1 = *Não é verdade ou não acontece*, 2 = *Nem sempre*, 3 = *Completamente verdade*).

[a] Pesos fatoriais acima de .10.

Tabela 4

Estatísticas Descritivas dos Itens do Instrumento para Adolescentes Submetidos a ACP

Itens	*n*	%	*M*	*DP*
Eu frequento um clube de desporto.	7024	98.0	1.84	0.95
Eu participo em programas ou atividades fora da escola.	7006	97.7	2.11	0.87
Eu já participe**i** em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas.	6560	91.5	2.03	0.88
A(s) pessoa(s) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	5992	83.6	2.35	0.69
A(s) pessoa(s) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	7013	97.8	2.51	0.67
Eu sinto que posso falar com a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sobre quase tudo.	7007	97.7	2.63	0.61
Eu sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouve(m) e tem em consideração as minhas opiniões.	9686	97.4	2.66	0.55
Eu participo em projetos da minha comunidade.	6651	92.8	1.78	0.74
Eu faço parte do Conselho de Jovens do meu município.	5951	83.0	1.23	0.59
Eu já dei a minha opinião em projetos ou atividades da Câmara Municipal.	6420	89.5	1.33	0.67
Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet.	6786	94.6	2.77	0.53
Eu tenho acesso à internet e sinto-me ligado/a ao que acontece fora da minha vizinhança.	6990	97.5	2.85	0.41
O/A médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	5885	82.1	2.68	0.53
Eu já fui ao médico sozinho/a.	6867	95.8	1.32	0.70
Os meus professores e professoras dão-me atenção suficiente quando eu preciso.	6863	95.7	2.58	0.58
Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.	6450	90.0	2.58	0.71

Nota. N = 7170. Os itens foram avaliados numa escala tipo *Likert* de 3 pontos (1 = *Não é verdade ou não acontece*, 2 = *Nem sempre*, 3 = *Completamente verdade*).

Tabela 5

Componentes de Participação da Perspetiva das Adolescentes

Itens	Pesos Fatoriais [a]							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Componente 1: Participação na Família								
Eu sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouve(m) e tem em consideração as minhas opiniões.	**.80**					.23		.11
Eu sinto que posso falar com a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sobre quase tudo.	**.77**					.26		.14
A(s) pessoa(s) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	**.71**			.18		-.24	.21	-.19
A(s) pessoa(s) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	**.70**	.14		.13		-.26	.25	-.21
Componente 2: Participação na Comunidade								
Eu faço parte do Conselho de Jovens do meu município.		**.81**						
Eu já dei a minha opinião em projetos ou atividades da Câmara Municipal.		**.72**				.16		.13
Eu participo em projetos da minha comunidade.	.13	**.56**	.30			.30		
Componente 3: Participação em Atividades Extracurriculares								
Eu frequento um clube de desporto.			**.88**					
Eu participo em programas ou atividades fora da escola.		.13	**.88**					
Componente 4: Perceção de Apoio dos Professores								
Os meus professores e professoras dão-me atenção suficiente quando eu preciso.	.11			**.81**				
Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.				**.81**				
Componente 5: Acesso a Informação								
Eu tenho acesso à internet e sinto-me ligado/a ao que acontece fora da minha vizinhança.	.11				**.79**		.11	.12
Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet.		.14		.10	**.75**			-.17
Componente 6: Participação na Escola								
Eu já participe**i** em grupos para discutir sobre **o** que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas.		.25				**.82**	.11	-.10
Componente 7: Participação em Contextos de Saúde								
O/A médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	.11					.10	**.94**	
Componente 8: Autonomização								
Eu já fui ao médico sozinho/a.		.17						**.91**

Nota. *N* = 7170. Os itens foram avaliados numa escala tipo *Likert* de 3 pontos (1 = *Não é verdade ou não acontece*, 2 = *Nem sempre*, 3 = *Completamente verdade*).

[a] Pesos fatoriais acima de .10.

Tabela 6

Estatísticas Descritivas dos Itens do Instrumento para Adolescentes Submetidos a ACP

Itens	*n*	%	*M*	*DP*
No fim de semana, organizamos sempre atividades que possamos fazer enquanto família.	12353	99.9	2.51	0.54
Desde que as minhas crianças são pequenas, sempre falei muito com elas.	12356	99.9	2.96	0.22
A partir do momento em que as minhas crianças conseguiam realizar pequenas tarefas, envolvi-as na cozinha, jardinagem ou outras tarefas, que fazíamos juntos/as.	12338	99.8	2.68	0.50
Eu costumo perguntar às minhas crianças o que gostariam de fazer no fim de semana.	12337	99.8	2.53	0.54
Eu costumo perguntar às minhas crianças onde gostariam de ir passear ou ir de férias.	12334	99.7	2.64	0.53
Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem.	12341	99.8	2.88	0.34
As minhas crianças participam no Conselho Municipal de Jovens.	11252	91.0	1.09	0.34
As minhas crianças participam em outras atividades associativas.	12046	97.4	1.77	0.85
Eu limito o acesso ou converso com as minhas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet.	12321	99.6	2.85	0.42
Quando comemos à mesa, eu sinto que falamos todos/as.	12347	99.8	2.84	0.38
Quando levo as minhas crianças ao/à médico/a, os profissionais de saúde costumam falar comigo, mas também diretamente com os meus filhos ou com as minhas filhas.	12086	97.7	2.93	0.28
Quando o/a médico/a decide o tratamento para a doença das minhas crianças, costuma explicar-lhes o que devem fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.	12300	99.5	2.86	0.38
Eu costumo perguntar às minhas crianças o que fizeram na escola.	12346	99.8	2.94	0.24

Nota. N = 12367. Os itens foram avaliados numa escala tipo *Likert* de 3 pontos (1 = *Não é verdade ou não acontece*, 2 = *Nem sempre*, 3 = *Completamente verdade*).

Tabela 7

Componentes de Participação da Perspetiva das Figuras Parentais

Itens	Pesos Fatoriais [a]						
	1	2	3	4	5	6	7
Componente 1: Participação na Família							
Eu costumo perguntar às minhas crianças o que gostariam de fazer no fim de semana.	**.83**						
Eu costumo perguntar às minhas crianças onde gostariam de ir passear ou ir de férias.	**.80**		.17				
No fim de semana, organizamos sempre atividades que possamos fazer enquanto família.	**.52**				.14	.42	.28
Componente 2: Participação em Contextos de Saúde							
Quando o/a médico/a decide o tratamento para a doença das minhas crianças, costuma explicar-lhes o que devem fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.		**.83**					
Quando levo as minhas crianças ao/à médico/a, os profissionais de saúde costumam falar comigo, mas também diretamente com os meus filhos ou com as minhas filhas.		**.80**	.14				
Componente 3: Comunicação							
Desde que as minhas crianças são pequenas, sempre falei muito com elas.			**.81**			.13	.14
Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem.	.34		**.63**		.14		
Componente 4: Participação na Comunidade							
As minhas crianças participam no Conselho Municipal de Jovens.				**.79**	-.13		-.11
As minhas crianças participam em outras atividades associativas.				**.77**	.14		.16
Componente 5: Monitorização							
Eu limito o acesso ou converso com as minhas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet.					**. 89**		
Eu costumo perguntar às minhas crianças o que fizeram na escola.					**.54**	.22	
Componente 6: Diálogo Pais/Filhos							
Quando comemos à mesa, eu sinto que falamos todos/as.		.11	.14			**.90**	
Componente 7: Participação em Tarefas Domésticas							
A partir do momento em que as minhas crianças conseguiam realizar pequenas tarefas, envolvi-as na cozinha, jardinagem ou outras tarefas, que fazíamos juntos/as.	.11		.15				**.93**

Nota. N = 12367. Os itens foram avaliados numa escala tipo *Likert* de 3 pontos (1 = *Não é verdade ou não acontece*, 2 = *Nem sempre*, 3 = *Completamente verdade*).
[a] Pesos fatoriais acima de .10.